

RELATÓRIO DA DIRETORIA
Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas do relatório de auditoria.

Comentários sobre nossas operações

Os prêmios emitidos (desconsiderando os prêmios de riscos vigentes não emitidos) tiveram aumento de 2,56%, comparado com ano anterior. Os prêmios ganhos tiveram uma pequena redução no exercício. O índice combinado operacional (sinistros, custos de aquisição, resultado com resseguro e outras receitas e despesas operacionais) permaneceu estável num patamar de 93% do prêmio ganho, comparado com o exercício anterior. As despesas administrativas em relação aos prêmios ganhos permaneceram em 11%, mesmo patamar em relação ao exercício anterior. As receitas das aplicações financeiras, basicamente em títulos públicos federais, mantiveram-se em 12%, em relação ao prêmio ganho. O retorno sobre o patrimônio líquido inicial foi de 6,4% contra 8,6% do ano anterior.

Os efeitos da operação do DPVAT já se encontram nos índices mencionados acima.

Cenários e perspectivas

O ano de 2016 foi bastante atípico. A deterioração das contas públicas, os desdobramentos da operação Lava-Jato e a crise política, acentuaram ainda mais as incertezas com relação às instituições públicas, os governantes e a economia do país, aprofundando a recessão dos últimos anos e culminando no impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Dentro deste contexto, o primeiro semestre foi marcado pela oscilação das perspectivas diante do processo de impeachment e suas consequências, enquanto os índices de confiança, de investimento e a atividade acentuavam a queda que vinham apresentando desde 2015.

Com relação à economia, todo imbróglio político somado ao cenário recessivo exacerbaram a perda de confiança dos agentes econômicos, fazendo com que os investidores e as empresas adotassem uma postura extremamente cautelosa, ao mesmo tempo que a oferta de crédito também sofria forte queda pelas instituições financeiras.

No entanto, após o impeachment, o novo Governo formou uma equipe econômica ortodoxa, que iniciou a implementação de medidas voltadas ao ajuste fiscal e reversão das políticas expansionistas dos anos anteriores, sinalizando uma atuação conservadora no âmbito macroeconômico. Como resultado do processo de reestabelecimento da confiança, as perspectivas e ativos começaram a refletir uma melhora no cenário, ocasionando a valorização do Real, a queda do prêmio de risco, a curva de juros futuro e valorização da Bolsa de Valores.

Mesmo assim, com a atividade econômica bastante enfraquecida, o desemprego atingiu a taxa de 11,9% e a inflação desacelerou fortemente a ponto de terminar 2016 dentro do intervalo da meta, em 6,29%, permitindo que o Banco Central iniciasse o processo de flexibilização monetária, reduzindo a taxa Selic para 13,75% a.a. no final do período e direcionando o mercado a apostar

em novos cortes no início de 2017.

No mercado internacional, duas notícias foram destaque e geraram momentos de alta volatilidade aos ativos globais.

Primeiramente o plebiscito pelo Brexit, ocorrido em meados de junho e com resultado favorável à saída do Reino Unido da União Europeia, colocou em xeque a solidez do bloco e gerou dúvidas em outros países que cogitaram também realizar plebiscitos para definir seu futuro dentro do bloco europeu.

Outra, foi a inesperada eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, criando um ambiente de fortes incertezas quanto ao rumo da maior economia global. As propostas de campanha do presidente eleito mostraram comprometimento com o protecionismo econômico gerando temor de que o mercado norte-americano perca seu dinamismo, impactando o comércio mundial.

Para 2017, apesar da incerteza política que ainda assola o país e das investigações da operação Lava Jato, a economia deve seguir um caminho positivo. A inflação tem se mostrado consistentemente em queda, consequência de uma atividade ainda fraca, e que deve levar o Banco Central a produzir um afrouxamento monetário mais intenso. Ao mesmo tempo, na medida em que se materializarem as aprovações das medidas de ajuste fiscal, podemos ver um crescimento nos níveis de confiança, com a consequentemente retomada dos investimentos, o que poderá levar à um novo ciclo de retomada da atividade no Brasil.

No âmbito da Seguradora, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), estimava-se que o mercado deveria crescer 10,3% em 2016, mas efetivamente ficou em 9,2% de crescimento o que mostra que apesar da situação econômica não ter sido tão favorável o mercado segurador conseguiu se manter em um nível de não grandes perdas. Para o ano de 2017, a estimativa é de um crescimento nominal da arrecadação do mercado que está entre 9% e 11%. A Companhia buscará manter uma produção eficaz, buscaremos sempre adequar os nossos produtos para a demanda do mercado atual, privilegiar a eficiência operacional, redução das despesas administrativas e consequentemente melhorar em nossa rentabilidade. A nossa expectativa de crescimento alinhado com o mercado está na faixa de 10% a 12%. "O setor de seguros sempre responde positivamente às políticas públicas que venham a contribuir para o restabelecimento do cenário macroeconômico brasileiro, e o desempenho do mercado está atrelado aos avanços que podem ser alcançados ao longo do ano", afirma o presidente da CNseg, Marcio Serôa de Araujo Coriolano.

Agradecimentos

Agradecemos aos Senhores Acionistas a confiança em nós depositada; aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores do mercado pela orientação; aos nossos Funcionários, pelo trabalho e a competência no desempenho de suas funções e aos nossos Corretores e Segurados, o prestígio concedido.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO	Nota	2016		2015		PASSIVO	Nota	2016		2015	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
Circulante		527.606	485.883			Circulante		400.691	366.627		
Disponível		1.033	648			Contas a pagar		36.007	30.946		
Caixa e bancos		1.033	648			Obrigações a pagar	9a	21.090	18.303		
Aplicações	3	371.722	339.661			Impostos e encargos sociais a recolher		6.019	5.173		
Créditos das operações com seguros e resseguros		83.359	79.052			Encargos trabalhistas		1.695	1.783		
Prêmios a receber	4	76.295	67.187			Impostos e contribuições	9b	1.366	1.196		
Operações com resseguradoras	5a	7.064	11.865			Outras contas a pagar	9c	5.837	4.491		
Outros créditos operacionais		8.543	7.085			Débitos de operações com seguros e resseguros		26.120	29.521		
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	19.650	18.145			Prêmios a restituir		230	456		
Títulos e créditos a receber		2.690	2.283			Operações com resseguradoras	5c	10.671	15.107		
Títulos e créditos a receber		1.099	784			Corretores de seguros e resseguros		15.086	13.642		
Créditos tributários e previdenciários	7a	530	497			Outros débitos operacionais		133	316		
Outros créditos		1.061	1.002			Depósitos de terceiros	10	965	667		
Outros valores e bens	6	3.645	3.713			Provisões técnicas - seguros	11a	337.599	305.493		
Bens à venda		3.645	3.713			Danos		337.599	305.493		
Despesas antecipadas		137	643			Passivo não circulante		30.108	27.080		
Custos de aquisição diferidos	11c	36.827	34.653			Provisões técnicas - seguros	11a	10.933	8.751		
Seguros		36.827	34.653			Danos		10.933	8.751		
Ativo não circulante		31.291	27.862			Outros débitos		18.869	18.080		
Realizável a longo prazo		28.283	24.884			Provisões judiciais	13a	18.869	18.080		
Aplicações	3	8.700	7.638			Débitos diversos		306	249		
Ativos de resseguro e retrocessão	5b	1.642	724			Patrimônio líquido	14	128.098	120.038		
Títulos e créditos a receber		17.941	16.522			Capital social		80.075	77.834		
Créditos tributários e previdenciários	7a	8.559	9.340			Reservas de capital		66	66		
Depósitos judiciais e fiscais	13a	9.382	7.182			Reservas de lucros		47.957	42.138		
Investimentos		1.707	1.707								
Participações societárias		1.707	1.707								
Imobilizado	8	1.050	1.105								
Bens móveis		884	944								
Outras Imobilizações		166	161								
Intangível		251	166								
Outros intangíveis		251	166								
Total do ativo		558.897	513.745			Total do passivo		558.897	513.745		

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva estatutária		
Em 01 de janeiro de 2015		59.958		66	3.306	46.636		109.966
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2015		-	15.000	-	-	(15.000)	-	-
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2015		-	2.876	-	-	-	-	2.876
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 238 de 19/08/2015		15.000	(15.000)	-	-	-	-	-
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 238 de 19/08/2015		2.876	(2.876)	-	-	-	-	-
Lucro do período		-	-	-	-	-	9.436	9.436
Proposta de destinação do lucro do período:								
Reserva legal		-	-	-	472	-	(472)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	6.724	(6.724)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(2.240)	(2.240)
Em 31 de dezembro de 2015		77.834		66	3.778	38.360		120.038
Aumento de capital em aprovação AGO/AGE de 31/03/2016		-	2.241	-	-	-	-	2.241
Aumento de capital aprovado Portaria SUSEP nº 164 de 08/11/2016		2.241	(2.241)	-	-	-	-	-
Lucro do período		-	-	-	-	-	7.631	7.631
Proposta de destinação do lucro do período:	14							
Reserva legal		-	-	-	382	-	(382)	-
Reserva estatutária		-	-	-	-	5.437	(5.437)	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(1.812)	(1.812)
Em 31 de dezembro de 2016		80.075		66	4.160	43.797		128.098

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL)**

	Notas	2016	2015
Prêmios emitidos	15b	365.933	357.161
Variações das provisões técnicas de prêmios		(11.360)	9.328
Prêmios ganhos	15a	354.573	366.489
Receita com emissão de apólices		2.450	2.393
Sinistros ocorridos	15c	(248.898)	(254.458)
Custos de aquisição	15d	(68.801)	(65.750)
Outras receitas e despesas operacionais	15e	(19.033)	(25.480)
Resultado com resseguro	5f	2.838	805
(+) Receita com resseguro		20.600	19.630
(-) Despesa com resseguro		(17.762)	(18.825)
Despesas administrativas	15f	(41.358)	(40.501)
Despesas com tributos	15g	(9.478)	(9.743)
Resultado financeiro	15h	41.675	43.372
Resultado operacional		13.968	17.127
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		2	(12)
Resultado antes dos impostos e participações		13.970	17.115
Imposto de renda	16	(2.622)	(3.419)
Contribuição social	16	(2.310)	(2.629)
Participação sobre o lucro		(1.407)	(1.631)
Lucro líquido do exercício		7.631	9.436
Quantidade de ações		62.296.809	61.153.470
Lucro por lote de mil ações		122,50	154,30

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício e resultado abrangente	7.631	9.436

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	7.631	9.436
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	289	220
(Reversão de perdas)/perda por redução do valor recuperável dos ativos	(542)	1.571
(Ganho)/perda na alienação de imobilizado e intangível	(5)	17
Varição do custo de aquisição diferido	(2.174)	(196)
Varição dos ativos de resseguro	(2.422)	(4.171)
Varição das provisões técnicas - seguros e resseguros	13.074	(3.952)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(33.123)	(20.204)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.974)	4.536
Créditos fiscais e previdenciários	747	(486)
Depósitos judiciais e fiscais	(2.200)	(289)
Despesas antecipadas	506	292
Outros ativos	(2.850)	(966)
Impostos e contribuições	4.420	6.563
Outras contas a pagar	4.531	(335)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.401)	(477)
Depósitos de terceiros	298	(517)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	21.214	14.279
Provisões judiciais	789	543
Caixa gerado pelas operações	2.808	5.864
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	1.299	928
Impostos sobre o lucro pagos	(3.404)	(6.356)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	703	436
Atividades de investimento		
Alienação de imobilizado	7	28
Aquisição de imobilizado - intangível	(102)	(23)
Aquisição de imobilizado - tangível	(223)	(613)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(318)	(608)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	385	(172)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	648	820
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.033	648

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

1. Contexto operacional

A Alfa Seguradora S.A. (doravante referida, também, como "Companhia" ou "Seguradora") tem por objeto social operar com seguros de danos em todo território nacional.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil com sede na Alameda Santos 466, São Paulo - SP.

A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com as Companhias do Grupo Alfa, mantendo com estas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 18. A controladora direta da Companhia é a Corumbal Participações e Administradora Ltda. e a controladora indireta é a Administradora Fortaleza Ltda..

2. Descrição das principais práticas contábeis

a. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, sendo apresentadas segundo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC nº 26.

A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 20 de fevereiro de 2017.

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que segue:

- Ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Provisões técnicas;
- Salvados de seguros avaliados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Reapresentação do fluxo de caixa

Os valores correspondentes relativos a demonstração de fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência:

- Reclassificação dos itens que não afetam caixa como ajustes do lucro líquido do período:

	Saldo anterior	Reclassificações	Saldo reapresentado
Lucro líquido do exercício	9.436	-	9.436
Ajustes do lucro	1.808	(8.319)	(6.511)
Varição nas contas patrimoniais	(10.808)	8.319	(2.489)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	436	-	436
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(608)	-	(608)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(172)	-	(172)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	820	-	820
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	648	-	648

A reapresentação não produziu quaisquer efeitos ao lucro líquido, patrimônio líquido e nos índices de solvência da Companhia.

e. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas; (ii) As informações sobre as incertezas relacionadas à premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017:

- Nota nº 2f - Contratos de seguros
- Nota nº 2h.iv - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")
- Nota nº 3 - Aplicações financeiras
- Nota nº 7 - Créditos tributários e previdenciários
- Nota nº 11 - Provisões técnicas
- Nota nº 13 - Provisões judiciais

f. Contratos de seguros

De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros".

Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico.

Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização.

Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros.

A cessação de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exige a Seguradora de suas obrigações para com os segurados.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e a longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados

com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro.

As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

g. Caixa e banco

Incluem caixa e depósitos bancários mantidos em instituições financeiras e são representados por disponibilidades em moeda nacional.

h. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: Valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido.

i. Valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos da Seguradora. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Empréstimos e recebíveis

Compreende, principalmente, os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados e valores a receber e direitos junto a Resseguradores e Seguradoras, que são registrados pelo custo amortizado e avaliados, periodicamente, quanto a sua recuperabilidade. Existindo evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no valor recuperável essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

iii. Determinação do valor justo

O valor justo dos títulos é apurado da seguinte forma: (I) Ações de companhias abertas - com base na cotação do último dia útil em que foram negociadas no pregão da BM&FBOvespa; (II) Quotas de fundos de investimentos - com base no valor de quota divulgada pelos Administradores dos fundos de investimentos; (III) Títulos públicos - com base nos preços unitários do mercado secundário divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

iv. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")

Ativos financeiros

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, equivale a diferença entre o custo corrigido, líquido de qualquer reembolso, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por *impairment* é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável, e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização inicial que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por *impairment* anualmente. Ativos sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC nº 01 como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

i. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são caracterizados como uma obrigação contratual de pagamento de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros compreendem principalmente contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros.

j. Investimentos

Os investimentos foram mensurados pelo custo histórico e compreendem ações do IRB Brasil - RE e montam R\$ 1.707 (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2015).

k. Imobilizado

Mensurado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução de valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil-econômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme segue:

- Móveis e utensílios: 10%;
- Equipamentos: 20%.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados, e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se tornarem tributáveis ou dedutíveis, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e Resolução CNSP nº 343/2016.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado do decorrer dos prazos de vigência dos seguros. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes na data base de constituição, pelo método "pro rata die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso.

A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes Mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela Companhia cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada utilizando metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial (NTA) que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos riscos emitidos em atraso.

A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos dos ajustes de cosseguro, com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Inclui também estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, custos associados, atualização monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial e ajustes pela estimativa da provisão de Sinistros Ocorridos, Mas Não Suficientemente Avisados (IBNER - *Incurred But Not Enough Reported*).

A Provisão para Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados (IBNR) é estimada utilizando metodologia própria descrita em Nota Técnica Atuarial, com base no histórico de dez anos de sinistros avisados até a data do balanço. Para os ramos Auto - Casco e Auto - RCF-V é registrada uma estimativa de recebimento para os Salvados/Ressarcidos, relativa a sinistros ocorridos e não avisados, também com base em metodologia atuarial.

A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, sendo calculada conforme metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial.

As provisões técnicas do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

Teste de adequação dos passivos

Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/2015, a Companhia elaborou o Teste de Adequação dos Passivos (TAP) para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o Pronunciamento Técnico CPC nº 11, e que estão vigentes na data de execução do teste.

Para a Alfa Seguradora, os ramos foram segregados da seguinte forma:

- i. Automóvel;
- ii. Responsabilidade civil facultativa e acidentados pessoais de passageiros;
- iii. Compreensivo residencial;
- iv. Compreensivo empresarial;
- v. Demais ramos de danos.

A execução do TAP tem dois componentes importantes nas suas estimativas: (i) (o quanto) o valor de melhor estimativa dos compromissos assumidos até a data-base; e (ii) quando a distribuição da liquidação destes compromissos por período futuro. Com estes dois componentes, podemos calcular o valor presente dos passivos atuariais da Seguradora e compará-lo com o total de Provisões Técnicas, líquidas das despesas de comercialização diferida (DAC) e dos Ativos Intangíveis, correspondentes a estes passivos.

Para esse teste, a Companhia utilizou metodologia atuarial que considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros e que também inclui as despesas de liquidação de sinistros a partir de premissas atuariais na data de execução do teste. Neste teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As principais premissas utilizadas foram as seguintes:

Sinistralidade - Foram utilizados triângulos de desenvolvimento para projetar a evolução dos sinistros futuros, líquidos da receita de salvados e ressarcimento, e incluindo as despesas relacionadas. A taxa de sinistralidade projetada foi de 59,6%.

Prêmios futuros que não estejam contidos na PPNG constituída na data base do teste - Para as apólices com faturas mensais, a data de início da vigência da apólice considerada é a data de aniversário da renovação. Assim, os sinistros futuros devidos a esta exposição estão contemplados nas projeções supracitadas.

Despesas administrativas e outras receitas e despesas operacionais futuras - Despesas Administrativas, que inclui as despesas não alocáveis aos sinistros, Outras Receitas e Despesas Operacionais.

Premissas econômicas - Conforme disposto no Art. 51, da Circular SUSEP nº 517/2015, foi utilizada estrutura a termo de taxa de juros livre de risco para a curva "pré-fixada", de dezembro de 2016, divulgada pela SUSEP, para descontar o fluxo de caixa futuro ao valor presente.

Caso sejam identificadas quaisquer deficiências nas linhas de negócios analisadas, a perda é registrada imediatamente como uma despesa no resultado do período, primeiramente reduzindo a DAC (*Deferred Acquisition Cost*), ou outros ativos intangíveis, e posteriormente constituindo provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data do teste.

A Seguradora realiza testes de adequação dos passivos a cada final de exercício. O teste realizado para 31 de dezembro de 2016 demonstrou que as provisões atualmente registradas são suficientes para fazer face às obrigações da Seguradora para com os segurados.

n. Provisões, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

o. Benefícios aos empregados

A Companhia possui obrigações de benefícios de curto prazo para empregados e Administradores, tais como seguro saúde, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, que são reconhecidas no resultado do período a medida que são incorridos.

3. Aplicações financeiras

a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

Títulos a valor justo através do resultado	Classe	31/12/2016				
		Taxa de juro contratada %	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo/contábil	%
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Títulos públicos pós-fixados	SELIC	236.381	(57)	236.324	62,12%
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	Títulos públicos prefixados	14,14% PRE	-	-	-	0,00%
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional - compromissadas	Títulos públicos prefixados	13,64% PRE	65.496	-	65.496	17,21%
Quotas de fundos DPVAT	Títulos privados de renda fixa	-	73.603	-	73.603	19,35%
Títulos privados - letras financeiras	Títulos privados de renda fixa	IPCA + 6,70%	3.452	-	3.452	0,91%
Títulos de renda variável - ações	Título privados de renda variável	Ibovespa	1.671	(173)	1.498	0,39%
Incentivos fiscais	Outras aplicações	-	66	-	66	0,02%
IRB - Brasil RE	Outras aplicações	-	24	-	24	0,01%
Tesouraria/contas a pagar	Caixa/ajustes DI	-	(41)	-	(41)	(0,01)%
Total			380.652	(230)	380.422	100,00%

Títulos a valor justo através do resultado	Classe	31/12/2015				
		Taxa de juro contratada %	Valor do custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo/contábil	%
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	Títulos públicos pós-fixados	SELIC	226.840	7	226.847	65,32%
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	Títulos públicos prefixados	14,14% PRE	64.330	-	64.330	18,52%
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional - compromissadas	Títulos públicos prefixados	13,64% PRE	-	-	-	0,00%
Quotas de fundos DPVAT	Títulos privados de renda fixa	-	52.220	-	52.220	15,03%
Títulos privados - letras financeiras	Títulos privados de renda fixa	IPCA + 6,70%	3.025	-	3.025	0,87%
Títulos de renda variável - ações	Título privados de renda variável	Ibovespa	1.689	(861)	828	0,24%
Incentivos fiscais	Outras aplicações	-	66	-	66	0,02%
IRB - Brasil RE	Outras aplicações	-	24	-	24	0,01%
Tesouraria/contas a pagar	Caixa/ajustes DI	-	(41)	-	(41)	(0,01)%
Total			348.153	(854)	347.299	100,00%

b. Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Títulos a valor justo por meio do resultado	Até 3 meses					Valor contábil
	31 de dezembro de 2016 ou sem vencimento	6 a 9 meses	1 a 3 anos	3 anos (acima)		
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	-	104.664	46.907	84.753	236.324	
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional - compromissadas	65.496	-	-	-	65.496	
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	-	-	-	-	-	
Ações	1.498	-	-	-	1.498	
Títulos de renda fixa - letras financeiras	-	-	3.452	-	3.452	
Incentivos fiscais	66	-	-	-	66	
IRB - Brasil RE	24	-	-	-	24	
Cotas de fundos DPVAT	73.603	-	-	-	73.603	
Tesouraria/contas a pagar	(41)	-	-	-	(41)	
Total	140.646	104.664	50.359	84.753	380.422	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)**

31 de dezembro de 2015	Até 3 meses				Valor contábil
	ou sem vencimento	6 a 9 meses	1 a 3 anos	3 anos (acima)	
Títulos a valor justo por meio do resultado					
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro		98.713	123.587	4.547	226.847
Títulos de renda fixa - letras do tesouro nacional - compromissadas		-	-	-	-
Títulos de renda fixa - notas do tesouro nacional - compromissadas	64.330	-	-	-	64.330
Ações	828	-	-	-	828
Títulos de renda fixa - letras financeiras	-	-	-	3.025	3.025
Incentivos fiscais	66	-	-	-	66
IRB - Brasil RE	24	-	-	-	24
Cotas de fundos DPVAT	52.220	-	-	-	52.220
Tesouraria/contas a pagar	(41)	-	-	-	(41)
Total	117.427	98.713	123.587	7.572	347.299

c. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram identificados como se segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Valor justo por meio do resultado	31 de dezembro 2016			31 de dezembro de 2015				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Letras financeiras do tesouro	236.324	-	-	236.324	226.847	-	-	226.847
Notas do tesouro nacional - compromissadas	-	-	-	-	64.330	-	-	64.330
Letras do tesouro nacional - compromissadas	65.496	-	-	65.496	-	-	-	-
Ações	-	1.498	-	1.498	-	828	-	828
Letras financeiras	-	3.452	-	3.452	-	3.025	-	3.025
Incentivos fiscais	-	-	66	66	-	-	66	66
IRB Brasil - RE	-	-	24	24	-	-	24	24
Cotas de fundos DPVAT	-	73.603	-	73.603	-	52.220	-	52.220
Tesouraria/contas a pagar	-	-	(41)	(41)	-	-	(41)	(41)
Total	301.820	78.553	49	380.422	291.177	56.073	49	347.299

d. Movimentação das aplicações financeiras

Categoria	Saldo em 31/12/2015		31/12/2016		Saldo em 31/12/2016
	Aplicações	Resgates	Aplicações	Resgates	
Quotas de fundos de investimento - DPVAT	52.220	19.541	7.014	8.856	73.603
Títulos públicos	291.136	111.655	128.641	27.629	301.779
Títulos privados	3.115	-	-	427	3.542
Renda variável	828	-	-	670	1.498
Total	347.299	131.196	135.655	37.582	380.422

4. Prêmios a receber

a. Ramos de seguros

	31/12/2016	31/12/2015
Automóvel/RCF	70.875	58.454
Compreensivo empresarial	3.690	6.835
Assistência e outras	1.147	1.384
Compreensivo residencial	2.568	2.680
Responsabilidade civil geral	223	273
Riscos diversos	-	5
Demais	1.396	1.188
Subtotal	79.899	70.819
Redução ao valor recuperável	(3.604)	(3.632)
Total	76.295	67.187

b. Faixas de vencimento

	31/12/2016	31/12/2015
A vencer		
Até 30 dias	32.755	30.042
De 31 a 60 dias	19.446	16.167
De 61 a 120 dias	19.522	16.695
De 121 a 180 dias	5.119	4.494
De 181 a 365 dias	1.094	1.408
Total a vencer	77.936	68.806
Vencidos		
Até 30 dias	1.465	1.643
De 31 a 60 dias	88	81
De 61 a 120 dias	61	56
De 121 a 180 dias	21	9
De 181 a 365 dias	120	41
Acima de 365 dias	208	183
Total vencidos	1.963	2.013
Total	79.899	70.819

O montante correspondente a Redução ao valor recuperável de R\$ 3.604 (R\$ 3.632 em dezembro de 2015), não está demonstrado no quadro faixas de vencimento.

Os produtos da Alfa Seguradora são geralmente oferecidos com parcelamento médio de 5 prestações.

c. Movimentação de prêmios a receber

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	67.187	79.188
(+) Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos (*)	329.303	320.553
(+) IOF	24.490	23.880
(+) Adicional de fracionamento	2.268	2.656
(-) Recebimentos	(346.981)	(356.839)
Redução ao valor recuperável	28	(2.251)
Saldo no final do período	76.295	67.187

(*) Reconciliação com prêmios emitidos líquidos

Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios convênio DPVAT	41.399	41.256
Prêmios restituídos	(4.769)	(4.648)
(=) Prêmios emitidos líquidos	365.933	357.161

5. Operações de resseguro

a. Operações com resseguradoras

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Pendentes até 30 dias	2.787	5.691
Pendentes até 60 dias	1.145	1.590
Pendentes até 90 dias	972	1.445
Pendentes até 120 dias	1.221	1.142
Pendentes até 180 dias	939	1.997
Pendentes mais de 180 dias	208	513
Redução ao valor recuperável	(208)	(513)
Total	7.064	11.865

b. Ativos de resseguro - provisões técnicas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sinistros a liquidar	11.668	7.712
Sinistros a liquidar - PDR	311	342
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	1.582	1.043
Provisão de prêmios não ganhos	7.220	9.146
Provisão de riscos vigentes mas não emitidos	308	424
Outras provisões	203	202
Total	21.292	18.869
Circulante	19.650	18.145
Não circulante	1.642	724

c. Passivos de resseguro

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios cedidos	13.539	18.463
Comissão a recuperar	(2.836)	(3.303)
Sinistros	117	184
Redução ao valor recuperável	(149)	(237)
Total	10.671	15.107

d. Composição por categoria de ressegurador

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar	Prêmio a liquidar	Sinistros pendentes a recuperar
Ativos e passivos				
Ressegurador local	10.289	11.641	14.692	7.818
Ressegurador admitido	382	338	415	236
Total	10.671	11.979	15.107	8.054

e. Demonstração percentual ressegurado

Ramo	31/12/2016				31/12/2015			
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros avisados	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros recuperados
Automóvel	230.999	6.105	2,64%	167.555	6.206	3,70%		
Responsabilidade civil								
facultativo	47.306	2.796	5,91%	45.520	5.187	11,39%		
Compreensivo empresarial	21.328	5.081	23,82%	18.584	7.943	42,74%		
Compreensivo residencial	13.448	524	3,90%	8.379	521	6,22%		
Outros	11.453	542	4,73%	2.728	204	7,48%		
Total	324.534	15.048	4,64%	242.766	20.061	8,26%		

Ramo	31/12/2015				31/12/2015			
	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros avisados	Prêmio emitido	Prêmio de resseguro	% Ressegurado	Sinistros recuperados
Automóvel	222.388	5.696	2,56%	176.733	7.120	4,03%		
Responsabilidade civil								
facultativo	40.048	3.396	8,48%	41.944	5.166	12,32%		
Compreensivo empresarial	26.776	7.472	27,91%	13.160	5.492	41,73%		
Compreensivo residencial	14.062	684	4,86%	7.745	785	10,14%		
Outros	12.631	757	5,99%	3.741	369	9,86%		
Total	315.905	18.005	5,70%	243.323	18.932	7,78%		

f. Resultado com operações de resseguro

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios resseguros cedidos	(15.048)	(18.005)
Variação das provisões técnicas	(2.042)	(636)
Recuperação de indenização	20.061	18.932
Variação da provisão IBNR	539	225
Receita com participação em lucros	-	473
Salvados e ressarcimentos	(672)	(184)
Total	2.838	805

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)**

6. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Salvados	Ajuste ao valor justo	Valor ajustado	Salvados	Ajuste ao valor justo	Valor ajustado
	Pendentes até 30 dias	425	-	425	495	(27)
Pendentes até 60 dias	1.194	(14)	1.180	1.150	(68)	1.082
Pendentes até 90 dias	590	(5)	585	524	(27)	497
Pendentes até 120 dias	312	(1)	311	418	(25)	393
Pendentes até 150 dias	370	(2)	368	308	(21)	287
Pendentes até 180 dias	173	(1)	172	302	(17)	285
Pendentes até 365 dias	306	-	306	444	(37)	407
Pendentes Acima de 365 dias	324	(26)	298	330	(36)	294
Total (*)	3.694	(49)	3.645	3.971	(258)	3.713

(*) O principal ramo dos ativos não correntes mantidos para venda é automóvel.

7. Créditos tributários e previdenciários

a. Composição

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
	Diferenças temporárias	-	8.559	8.559	-	9.340
Impostos a compensar	530	-	530	497	-	497
Total	530	8.559	9.089	497	9.340	9.837

Os créditos tributários foram contabilizados levando em consideração o histórico de rentabilidade e a previsão de realização dos créditos, está fundamentada por estudo técnico, assim demonstrado:

	2017	2018	2019	2020	2021
Previsão de realização - %	13%	8%	9%	35%	35%

b. Movimentação das diferenças temporárias

Saldo e movimentação de tributos diferidos e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social.

Descrição	31/12/2016			31/12/2015		
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2016		
Provisão para riscos de crédito	1.506	-	162	1.344		
Provisão para contingências fiscais	5.597	488	488	5.597		
Provisão para contingências cíveis	328	-	272	56		
Provisão para contingências trabalhistas	86	100	-	186		
Provisão para PLR de funcionários e diretoria, provisões não dedutíveis e ajuste ao valor de mercado	1.823	-	447	1.376		
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	9.340	588	1.369	8.559		

Os créditos tributários de diferenças temporárias referem-se principalmente a ações judiciais e a realização depende de decisão definitiva desses processos. Os orçamentos de resultados futuros e os históricos de resultados já realizados comportam a realização dos créditos tributários.

8. Imobilizado

a. Composição dos ativos tangíveis

Descrição	31/12/2016				31/12/2015	
	Taxa anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual	
	Ativos tangíveis					
Móveis, máquinas e utensílios	10%	873	(661)	212	260	
Equipamentos	20%	9.803	(9.136)	667	679	
Veículos	20%	5	-	5	5	
Outras imobilizações	20%	409	(243)	166	161	
Total de ativos tangíveis		11.090	(10.040)	1.050	1.105	

b. Movimentação das provisões técnicas de seguros:

Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2016						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros a liquidar - PSL - consórcios e fundos	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - consórcios e fundos	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de despesas relacionadas - PDR - consórcios e fundos
Saldo no início do período	163.981	85.678	18.650	8.726	33.176	3.654	379
Constituições	157.475	3.271	(3.870)	-	25.066	470	185
Diferimento pelo risco decorrido	(146.403)	-	-	(1.878)	-	-	-
Aviso de sinistros	-	167.863	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistro	-	(230.911)	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	110.970	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	623	-	-	-	-	-
Encerramento	-	(48.573)	-	-	-	-	-
Saldo no final do período	175.053	88.921	14.780	6.848	58.242	4.124	564
Em milhares de Reais	31 de dezembro de 2015						
	Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros a liquidar - PSL - consórcios e fundos	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR - consórcios e fundos	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de despesas relacionadas - PDR - consórcios e fundos
Saldo no início do período	173.357	79.636	19.910	7.149	20.462	2.913	490
Constituições	139.465	2.484	-	1.577	12.714	741	(111)
Diferimento pelo risco decorrido	(148.841)	-	(1.260)	-	-	-	-
Aviso de sinistros	-	212.452	-	-	-	-	-
Pagamento de sinistro	-	(233.421)	-	-	-	-	-
Ajuste de estimativa de sinistros	-	67.930	-	-	-	-	-
Atualização monetária e juros	-	2.116	-	-	-	-	-
Encerramento	-	(45.519)	-	-	-	-	-
Saldo no final do período	163.981	85.678	18.650	8.726	33.176	3.654	379

b. Movimentação dos ativos tangíveis

Descrição	Saldo em 31/12/2015			Saldo em 31/12/2016		
	Adições	Baixas		Adições	Baixas	
Ativos tangíveis - custo histórico						
Móveis, máquinas e utensílios	875	(17)	873	15	(17)	873
Equipamentos	9.612	(12)	9.803	203	(12)	9.803
Veículos	48	(43)	5	-	(43)	5
Outras imobilizações	404	5	409	5	-	409
Total de ativos tangíveis - custo histórico	10.939	223	11.090	223	(72)	11.090
Ativos tangíveis - depreciação acumulada						
Móveis, máquinas e utensílios	(615)	10	(661)	(56)	10	(661)
Equipamentos	(8.933)	12	(9.136)	(215)	12	(9.136)
Veículos	(43)	-	-	-	-	-
Outras imobilizações	(243)	-	(243)	-	-	(243)
Total de ativos tangíveis - depreciação acumulada	(9.834)	(271)	(10.040)	(271)	65	(10.040)
Total de ativos tangíveis - saldo residual	1.105	(48)	1.050	(48)	(7)	1.050

9. Contas a pagar

a. Obrigações a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Dividendos propostos a pagar	1.812	2.240
Participação nos lucros a pagar	1.536	1.526
Obrigações e benefícios trabalhistas	100	87
Serviços de assistência - repasse	17.642	14.450
Total	21.090	18.303

b. Impostos e contribuições

	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	371	115
Contribuição social	376	220
COFINS	532	741
PIS	87	120
Total	1.366	1.196

c. Outras contas a pagar

	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores	5.215	4.029
Cheques emitidos a compensar	612	445
Outras contas a pagar	10	17
Total	5.837	4.491

10. Depósitos de terceiros

	31/12/2016	31/12/2015
Até 30 dias	947	614
De 31 a 180 dias	3	37
Acima de 181 dias	15	16
Total	965	667

11. Provisões técnicas

a. Composição

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de prêmios não ganhos	175.053	163.981
Provisão de sinistros a liquidar	88.921	85.678
Provisão de sinistros a liquidar - consórcios e fundos	14.780	18.650
Provisão de IBNR	6.848	8.726
Provisão de IBNR - consórcios e fundos	58.242	33.176
Provisão de despesas relacionadas	4.124	3.654
Provisão de despesas relacionadas - consórcios e fundos	564	379
Total das provisões	348.532	314.244

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)**

c. Movimentação dos custos de aquisição diferidos

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	34.653	34.456
Constituição	35.628	34.894
Diferimento (*)	(33.454)	(34.697)
Saldo no final do período	36.827	34.653

(*) O prazo médio de diferimento é realizado conforme a vigência das apólices, sendo em sua maioria 12 meses.

d. Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros estimados e os sinistros pagos com as suas respectivas provisões, partindo do ano em que o sinistro foi avisado. A parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Ano de ocorrência	Valores brutos de resseguro											Total
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Incorrido												
Até data-base	85.938	103.281	118.974	120.396	116.178	147.728	189.586	190.567	205.551	212.446	212.351	1.702.996
Um ano mais tarde	90.757	111.978	129.425	128.992	125.436	159.823	203.820	201.823	220.593	224.988	-	1.597.635
Dois anos mais tarde	91.185	113.467	130.883	130.410	126.781	161.882	205.943	204.479	223.474	-	-	1.388.504
Três anos mais tarde	92.403	114.119	132.188	131.558	127.425	163.141	207.373	205.843	-	-	-	1.174.050
Quatro anos mais tarde	92.463	114.144	133.117	132.109	128.005	164.527	207.948	-	-	-	-	972.313
Cinco anos mais tarde	92.577	114.618	133.456	132.624	128.890	165.074	-	-	-	-	-	767.239
Seis anos mais tarde	92.731	114.951	133.932	133.397	130.433	-	-	-	-	-	-	605.444
Sete anos mais tarde	92.924	115.611	134.397	133.965	-	-	-	-	-	-	-	476.897
Oito anos mais tarde	93.129	115.832	134.308	-	-	-	-	-	-	-	-	343.269
Nove anos mais tarde	93.249	115.596	-	-	-	-	-	-	-	-	-	208.845
Dez anos mais tarde	92.940	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.940
Posição em 31/12/2016	92.940	115.596	134.308	133.965	130.433	165.074	207.948	205.843	223.474	224.988	212.351	1.846.920
Pago acumulado												
Até data-base	69.803	83.844	98.490	94.040	93.223	113.862	141.200	151.924	165.084	170.670	171.872	1.354.012
Um ano mais tarde	89.066	109.489	127.643	124.799	123.319	157.183	200.195	198.834	218.234	221.366	-	1.570.128
Dois anos mais tarde	89.747	110.547	128.542	127.604	124.388	159.263	202.212	201.180	220.160	-	-	1.363.643
Três anos mais tarde	90.353	110.785	129.314	127.975	124.835	159.916	203.325	202.146	-	-	-	1.148.649
Quatro anos mais tarde	90.539	110.978	129.809	128.662	125.458	162.010	204.300	-	-	-	-	951.756
Cinco anos mais tarde	91.120	111.519	129.970	128.827	126.262	162.991	-	-	-	-	-	750.689
Seis anos mais tarde	91.470	111.936	130.358	130.359	127.013	-	-	-	-	-	-	591.136
Sete anos mais tarde	91.636	112.043	130.748	130.914	-	-	-	-	-	-	-	465.341
Oito anos mais tarde	91.748	112.208	131.269	-	-	-	-	-	-	-	-	335.225
Nove anos mais tarde	91.872	112.581	-	-	-	-	-	-	-	-	-	204.453
Dez anos mais tarde	91.896	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.896
Posição em 31/12/2016	91.896	112.581	131.269	130.914	127.013	162.991	204.300	202.146	220.160	221.366	171.872	1.776.508
Provisão de sinistros em 31/12/2016	1.044	3.015	3.039	3.051	3.420	2.083	3.648	3.697	3.314	3.622	40.479	70.412
Provisão de sinistros de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.678
PSL retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.489
PDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.124
Ajuste de salvados/ressarcimentos da PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.907)
Pendência final	1.044	3.015	3.039	3.051	3.420	2.083	3.648	3.697	3.314	3.622	40.479	93.045
	Valores líquidos de resseguro											
Ano de Ocorrência	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Incorrido												
Até data-base	78.584	94.041	109.967	110.112	107.345	138.620	172.276	179.980	193.602	197.413	197.849	1.579.789
Um ano mais tarde	82.731	101.881	118.277	116.933	115.952	149.876	186.812	190.315	207.182	207.909	-	1.477.868
Dois anos mais tarde	83.345	103.211	119.632	118.329	117.106	151.828	188.976	192.631	209.587	-	-	1.284.645
Três anos mais tarde	84.241	103.804	120.627	118.892	117.733	152.804	190.225	193.787	-	-	-	1.082.113
Quatro anos mais tarde	84.388	104.053	121.458	119.390	118.345	153.963	190.627	-	-	-	-	892.224
Cinco anos mais tarde	84.638	104.550	121.748	119.891	118.938	154.366	-	-	-	-	-	704.131
Seis anos mais tarde	84.832	104.822	122.151	120.501	120.393	-	-	-	-	-	-	552.699
Sete anos mais tarde	85.019	105.405	122.557	120.955	-	-	-	-	-	-	-	433.936
Oito anos mais tarde	85.225	105.559	122.525	-	-	-	-	-	-	-	-	313.309
Nove anos mais tarde	85.343	105.138	-	-	-	-	-	-	-	-	-	190.481
Dez anos mais tarde	85.041	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	85.041
Posição em 31/12/2016	85.041	105.138	122.525	120.955	120.393	154.366	190.627	193.787	209.587	207.909	197.849	1.708.177
Pago acumulado												
Até data-base	64.769	76.812	91.318	86.437	85.968	107.564	131.113	144.404	155.221	159.152	161.803	1.264.561
Um ano mais tarde	81.397	99.931	116.618	113.934	113.943	147.374	183.585	187.505	204.997	205.000	-	1.454.284
Dois anos mais tarde	82.036	100.977	117.466	115.737	114.940	149.370	185.337	189.558	206.587	-	-	1.262.008
Três anos mais tarde	82.627	101.187	117.973	115.586	115.377	149.891	186.358	190.465	-	-	-	1.059.464
Quatro anos mais tarde	82.805	101.347	118.413	116.174	115.958	151.765	187.291	-	-	-	-	873.753
Cinco anos mais tarde	83.317	101.769	118.570	116.319	116.559	152.656	-	-	-	-	-	689.190
Seis anos mais tarde	83.633	102.128	118.879	117.761	117.310	-	-	-	-	-	-	539.711
Sete anos mais tarde	83.799	102.231	119.267	118.316	-	-	-	-	-	-	-	423.613
Oito anos mais tarde	83.890	102.380	119.693	-	-	-	-	-	-	-	-	305.963
Nove anos mais tarde	84.014	102.484	-	-	-	-	-	-	-	-	-	186.498
Dez anos mais tarde	84.038	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	84.038
Posição em 31/12/2016	84.038	102.484	119.693	118.316	117.310	152.656	187.291	190.465	206.587	205.000	161.803	1.645.643
Provisão de sinistros em 31/12/2016	1.003	2.654	2.832	2.639	3.083	1.710	3.336	3.322	3.000	2.909	36.046	62.534
Provisão de sinistros de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.668
PSL retrocessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249
IBNER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.709
PDR	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.813
Ajuste de salvados/ressarcimentos da PSL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.907)
Pendência final	1.003	2.654	2.832	2.639	3.083	1.710	3.336	3.322	3.000	2.909	36.046	81.066

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

e. Provisões de sinistros a liquidar - judiciais

A classificação das ações é feita com base no conhecimento que se tem dos fatos, bem como com base no entendimento jurisprudencial a respeito da matéria, à época do recebimento da ação. Posteriormente, de acordo com o trâmite processual e as decisões proferidas no bojo do processo, essa classificação pode ser reavaliada.

Totais por classificação	31/12/2016		31/12/2015	
	Quantidade	Provisão	Quantidade	Provisão
Provável	828	21.682	836	19.265
Possível	3.348	21.614	3.319	23.983
Remota	906	3.313	1.011	4.740
Total	5.082	46.609	5.166	47.988
	Seguro		Resseguro	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Movimentação				
Saldo do início do período	47.988	45.754	2.437	1.795
Total pago no período	(10.598)	(11.180)	(767)	(599)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	5.741	7.471	133	310
Quantidade de ações pagas no período	806	728	49	49
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	1.789	1.897	108	50
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2016	10.344	-	944	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2015	806	8.720	88	372
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	282	806	143	166
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013 e anteriores	2.447	3.491	318	442
Baixa da provisão por êxito	(4.138)	(2.178)	-	-
Alteração da provisão por alteração de estimativas e/ou probabilidade	(1.145)	459	-	-
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	623	2.116	321	261
Saldo final do período	46.609	47.988	3.484	2.437

12. Cobertura das provisões técnicas

Os bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisões técnicas	348.532	314.244
(-) Ativos de resseguro redutores de PSL	(11.668)	(7.712)
(-) Ativos de resseguro redutores de IBNR	(1.582)	(1.043)
(-) Ativos de resseguro redutores de PDR	(311)	(342)
(-) Direitos creditórios (*)	(69.957)	(54.997)
(-) Provisões consórcios e fundos	(73.586)	(52.205)
(=) Total a ser coberto	191.428	197.945

Bens oferecidos em cobertura:

	31/12/2016	31/12/2015
Quotas de fundos de investimentos exclusivos e letras financeiras do tesouro	285.782	282.270
Excesso de cobertura	94.354	84.325

(*) Corresponde ao montante de créditos decorrente do parcelamento dos prêmios de seguros a vencer de riscos emitidos e também de riscos vigentes e não emitidos. Não são consideradas as parcelas vencidas e vincendas do mesmo devedor.

13. Provisões judiciais

a. Movimentação de provisões

A Seguradora é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de nossos Tribunais, para os processos de natureza cível e trabalhista classificados como "prováveis" e para os processos de natureza fiscal considerados como "obrigação legal".

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Natureza	Adições				Depósito		
	Saldo em 31/12/2015	Princ. cipa	Atualizações	Baixas	Saldo em 31/12/2016	Depósito judicial em 31/12/2016(*)	Depósito judicial em 31/12/2015(*)
1 - Fiscal	17.047	-	1.219	-	18.266	6.263	5.106
2 - Trabalhista	214	305	(30)	(26)	463	747	626
3 - Cível	819	477	(226)	(930)	140	-	-
Total	18.080	782	963	(956)	18.869	7.010	5.732

(*) O saldo dos depósitos judiciais não contempla outras garantias oriundas de discussões judiciais no montante de R\$ 2.372 (R\$ 1.450 em 31 de dezembro de 2015).

b. Descrição resumida dos processos

As obrigações legais e as discussões de natureza fiscal referem-se, principalmente, a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação nas esferas administrativa e judicial, com destaque para: (i) **CPMF** - A Seguradora vem contestando, judicialmente, a legalidade da CPMF que incidiu sobre a transferência de carteira de planos previdenciários, conforme determinações contidas na Lei Complementar nº 109, de 10 de maio de 2001. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera a probabilidade de perda possível. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 monta R\$ 577 (R\$ 545 em 31 de dezembro de 2015). A provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 652 (R\$ 545 em 31 de dezembro de 2015); (ii) **PIS** - O processo judicial no qual se discutia o alargamento da base de cálculo do PIS transitou em julgado, em 2008, afastando a aplicação do conceito de faturamento definido no artigo 3º da Lei nº 9.718/1998. Em decorrência a provisão constituída no montante de R\$ 2.935 foi revertida em 2008. No processo de levantamento do depósito judicial, a Fazenda Nacional se opôs sob o argumento de que as decisões proferidas no curso do Mandado de Segurança não teriam sido tratadas especificamente

da incidência do PIS sobre as receitas financeiras e prêmios de seguros, os quais por terem caráter operacional, estariam compreendidos no conceito de faturamento. Esta interpretação teve acolhimento pelo Juízo de Primeira Instância, que determinou a conversão em renda da União os valores judicialmente depositados. Contra esta decisão, foi interposto Agravo de Instrumento, em que postula o levantamento integral dos valores depositados, sob o argumento da coisa julgada material aperfeiçoado nos autos do Mandado de Segurança. A Administração, considerando o histórico do processo e decisão em caso semelhante em processo de congêneres, considerou reconstituir, em maio de 2011 a provisão calculada sobre os prêmios de seguros, outras receitas operacionais e receitas financeiras. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 16.674 (R\$ 15.575 em 31 de dezembro de 2015) parte desta provisão está coberta por depósitos judiciais decorrentes desta ação no montante de R\$ 5.083 (R\$ 4.220 em 31 de dezembro de 2015) e estão registrados no ativo não circulante. O recolhimento desta contribuição vinha sendo efetuada sobre as receitas com salvados. (iii) **INSS** - A Seguradora vem contestando, judicialmente a aplicação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) sobre as contribuições do SAT/RAT, conforme determina o Decreto nº 6.957/2009. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.015 (R\$ 927 em 31 de dezembro de 2015) e os assessores jurídicos classificam a probabilidade de perda desse processo como possível. Parte da provisão está coberta por depósitos judiciais decorrente desta ação no montante de R\$ 528 (R\$ 341 em 31 de dezembro de 2015) e estão registrados no ativo não circulante.

c. Ações trabalhistas

As contingências trabalhistas originam-se de ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas. A Administração realiza acompanhamentos periódicos para cada ação, bem como a avaliação por parte de assessoria jurídica sobre os valores envolvidos e a probabilidade de perda de causas.

Probabilidade de perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	8	379	463	1	18	214
Possível	17	411	-	19	377	-
Remota	4	192	-	1	149	-
Total	29	982	463	21	544	214

d. Ações cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, impetrados por segurados, relacionados, na sua maioria, a sinistros que foram negados pela Seguradora e que estão em diversas fases de tramitação.

Probabilidade de perda	31/12/2016			31/12/2015		
	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado	Quantidade de processos	Valor pleiteado	Valor provisionado
Provável	15	148	140	26	682	819
Possível	16	152	-	39	975	-
Remota	48	845	-	129	2.343	-
Total	79	1.145	140	194	4.000	819

e. Movimentação das provisões judiciais trabalhistas e cíveis

Movimentação	31/12/2016		31/12/2015	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo no início do período	214	819	202	1.552
Total pago no período	(26)	(237)	-	(804)
Total provisionado até o fechamento do exercício anterior para as ações pagas no período	214	142	-	898
Quantidade de ações pagas no período	1	21	-	28
Novas constituições no período	305	477	-	492
Quantidade de ações referentes a novas constituições no período	5	17	-	10
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2016	305	293	-	-
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2015	-	149	-	35
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2014	-	5	-	(1)
Novas constituições referentes a citações do exercício de 2013 e anteriores	-	30	-	458
Baixa da provisão por êxito	-	(5)	-	-
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	-	(688)	-	(133)
Alteração da provisão por atualização monetária e juros	(30)	(226)	12	(288)
Saldo no final do período	463	140	214	819

14. Patrimônio líquido

a. Composição do capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 62.296.809 (61.153.470 em dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros, oriundos de lucros após as destinações legais, e sua destinação será utilizada para absorver os prejuízos acumulados e o saldo remanescente será destinado para futuros investimentos.

Reservas estatutárias

A reserva estatutária é constituída ao final de cada exercício social, pelo valor do lucro líquido do exercício, após deduções legais e distribuições propostas, conforme determinado no Estatuto Social, esta constituição está limitada a 80% do Capital Social.

Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais do Grupo e as apropriações às reservas legais será transferido à reserva para investimentos futuros. Essa reserva poderá ser distribuída na forma de dividendos, se houver a aprovação dos Acionistas.

c. Dividendos

Aos Acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

d. Ato societário

A proposta de destinação do lucro líquido ajustado do exercício, aprovada pela Diretoria e que será apreciada pelos acionistas em A.G.O., inclui a distribuição de dividendos, conforme abaixo:

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	7.631
Reserva legal - 5%	(382)
Lucro líquido ajustado	7.249
Dividendos a distribuir - 25%	1.812
Reserva estatutária	5.437

15. Detalhamento das contas de resultado

a. Principais ramos de atuação (bruto de resseguro)

Ramo	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade		Índice de comissionamento	
	dezem- bro/16	dezem- bro/15	dezem- bro/16	dezem- bro/15	dezem- bro/16	dezem- bro/15
Automóveis	218.084	232.214	64,74%	65,43%	19,04%	18,21%
R.C.F.-veículos	43.244	42.273	99,17%	99,54%	22,53%	18,81%
Acidentes pessoais	3.982	4.457	3,44%	8,91%	19,89%	19,03%
Compreensivo empresarial	26.167	24.304	71,14%	54,20%	30,68%	29,15%
Assistência e outras coberturas - auto	5.012	6.462	35,99%	32,90%	18,08%	17,33%
DPVAT	41.111	41.207	85,71%	86,68%	1,41%	1,41%
Demais	16.973	15.572	53,27%	57,95%	42,61%	37,73%
Total	354.573	366.489	70,20%	69,43%	19,40%	17,94%

b. Prêmios emitidos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prêmios diretos	325.502	317.260
Consórcios e fundos	41.399	41.256
Prêmios - riscos vigentes não emitidos	(968)	(1.355)
Total	365.933	357.161

c. Sinistros ocorridos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Sinistros diretos	242.766	243.323
Serviços de assistência	-	12
Salvados e ressarcimentos	(27.731)	(26.721)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.878)	1.578
Provisão despesas relacionadas	504	550
Consórcios e fundos	35.237	35.716
Total	248.898	254.458

d. Custo de aquisição diferido (DAC)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Comissões	70.395	65.363
Consórcios e fundos	580	583
Variação das despesas de comercialização diferidas	(2.174)	(196)
Total	68.801	65.750

e. Outras receitas/despesas operacionais

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com manutenção e rastreamento de veículos	11.618	12.011
Despesas com assistência ao segurado	102	17
Despesas com prestação de serviços	95	54
Despesas com inspeção de risco	1.575	1.669
Despesas com cobrança	1.344	1.214
Despesas com administração de apólice	637	1.647
Despesas com remuneração extra	2.156	1.490
Redução ao valor recuperável	(196)	508
Despesas com consórcios e fundos	3.127	3.021
Despesas com resseguro - salvados e ressarcidos	43	2.700
Outras (receitas) e despesas	(1.468)	1.149
Total	19.033	25.480

f. Despesas administrativas

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	24.874	22.066
Despesas com localização e funcionamento	8.109	7.957
Despesas com serviços de terceiros	4.794	5.478
Despesas administrativas de representação	5.201	5.754
Recuperação de despesas	(5.005)	(3.612)
Despesas com consórcios e fundos	1.954	1.987
Outras	1.431	871
Total	41.358	40.501

g. Despesas com tributos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Despesas com COFINS	7.303	7.565
Despesas com PIS	1.187	1.229
Despesas com taxa de fiscalização	805	635
Outras	183	314
Total	9.478	9.743

h. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento das aplicações	37.582	35.529
Receitas com operações de seguros	2.636	13.022
Valor justo	1.257	329
Receitas financeiras com atualização monetária - depósito judicial	1.219	432
Receitas financeiras com atualização monetária - taxa SELIC	223	250
Juros sobre capital próprio/dividendos	1.300	928
Receitas com DPVAT	294	301
Outras	13	149
Despesas financeiras:		
Despesas com atualização monetária e juros	(1.155)	(1.077)
Despesas com operações de seguros	(1.113)	(5.602)
Valor justo	(556)	(865)
Despesas com DPVAT	(25)	(24)
Total	41.675	43.372

16. Impostos sobre a renda correntes e diferidos

Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

Descrição	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes dos impostos e após participações	12.563	15.484	12.563	15.484
Adições/(exclusões) permanentes:				
Outras	(1.654)	(1.075)	(512)	(164)
Adições/(exclusões) temporárias:				
Provisões judiciais	(430)	111	(430)	111
Provisões para riscos sobre créditos	(406)	641	(406)	641
Provisões para pagamento de despesas	(1.083)	901	(1.173)	767
Base de cálculo dos tributos	8.990	16.062	10.042	16.839
Impostos correntes às alíquotas vigentes	2.223	3.991	2.009	2.857
(-) Incentivos fiscais	(81)	(159)	-	-
Impostos a pagar	2.142	3.832	2.009	2.857
Créditos tributários:				
Sobre diferenças temporárias	480	(413)	301	(228)
Total de despesas de imposto de renda e contribuição social	2.622	3.419	2.310	2.629
Taxa efetiva	29%	22%	23%	17%

17. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações pela Resolução CNSP nº 343/2016, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A Companhia está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

A Resolução CNSP nº 321/2015 determina que as sociedades seguradoras apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta liquidez de 129% equivalente a R\$ 94.354.

Conforme disposições transitórias, da Resolução CNSP 321/2015 o montante efetivamente exigido do capital de risco de mercado corresponde a 50% em 31 de dezembro de 2016.

Patrimônio líquido ajustado 31/12/2016

1. Ajustes contábeis	
(+) Patrimônio líquido	128.098
(-) Participações societárias	(1.707)
(-) Despesas antecipadas	(137)
(-) Ativo intangível	(251)
Subtotal - Patrimônio líquido ajustado	126.003

2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos

Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de prêmios/contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC 409

Subtotal - ajustes dos valores econômicos **409**

Patrimônio líquido ajustado - PLA (1+2) **126.412**

Capital-base (I) **15.000**

Capital de risco (II) **73.266**

Risco de subscrição 68.909

Risco de crédito 3.437

Risco operacional 2.376

Risco de mercado 768

Deflator - correção entre riscos (2.224)

Capital mínimo requerido (maior entre I e II) **73.266**

Suficiência de capital (PLA - CMR) **53.146**

18. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas envolvem:

i. Contratos de seguros de ramos elementares e automóveis, sendo realizadas com as empresas do mesmo grupo acionário: Alfa Arrendamento Mercantil S.A., Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., Alfatar Participações Ltda., Administradora Fortaleza Ltda., Administradora e Editora Vera Cruz Ltda., Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., C & C Casa e Construção Ltda., Companhia Transamérica de Hotéis - SP, Corumbal Participações e Administração Ltda., Fazenda Santa Cruz Ltda., Financeira Alfa S.A., Instituto Alfa de Cultura, Metro Tecnologia e Informática Ltda., Rádio Transamérica de São Paulo Ltda., Soubach Beneficiamento em Cursos Ltda., Televisão Transamérica Ltda., Transamérica Comercial e Serviços Ltda., Transamérica de Hotéis NE Ltda. e Transamérica Expo Center Ltda..

ii. Rateio de despesas administrativas com as seguintes empresas: Banco Alfa de Investimento S.A., Alfa Previdência e Vida S.A. e Financeira Alfa S.A. e rateio de prestação de serviços diversos que englobam serviços de limpeza, segurança, consultoria contábil e fiscal e serviços de informática com as empresas do mesmo grupo acionário: Metro Tecnologia Informática Ltda., Metro Sistemas de Informática Ltda. e Metro Dados Ltda..

iii. O Banco Alfa de Investimentos S.A. realiza a administração dos investimentos da Seguradora, sendo pago taxa de administração correspondente a 0,116% ao mês. O valor pago a título de taxa de administração foi de R\$ 324 em dezembro 2016 (R\$ 318 em dezembro 2015).

iv. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração da Alfa Seguradora, registrada na rubrica "Despesas administrativas", totalizou, no exercício, R\$ 1.525 (R\$ 1.434 em dezembro de 2015) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a salários. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

v. Alguns membros da Seguradora e também de outras Empresas do Grupo Alfa, considerados como "pessoal-chave da Administração", possuem planos de previdência na Alfa Previdência e Vida S.A.. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de reserva totaliza R\$ 105.833 (R\$ 89.896 em 31 de dezembro de 2015).

vi. A Seguradora possui conta corrente junto ao Banco Alfa S.A., cujo saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 53 (R\$ 19 em 31 de dezembro de 2015).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

As operações estão demonstradas a seguir:

	Direitos		Obrigações		Receitas		Despesas	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Prestação de serviços e rateio de despesas administrativas (ii)	630	264	359	339	5.034	3.823	4.335	3.684
Contratos de seguros (i)	-	-	-	-	173	180	33	23
Bancos (vi)	53	19	-	-	-	-	-	-
Total	683	283	359	339	5.207	4.003	4.368	3.707

19. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

Os principais riscos decorrentes dos negócios da Seguradora são os riscos de seguros, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional. A Seguradora faz parte do Grupo Alfa e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do grupo (Apoio), administrando seus riscos de forma corporativa. A Administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Seguradora.

b. Risco de seguro

O risco de seguro advém de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da entidade no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas e cálculo de prêmios e contribuições. Em síntese é o risco de que a frequência ou a severidade de sinistros ocorridos sejam maiores do que aqueles estimados pela Sociedade Seguradora.

A gestão do risco de seguro é feita através da observação dos princípios de prudência na subscrição de apólices, aliada aos objetivos de rentabilidade e preservação da segurança das operações.

Cada unidade responsável pela gestão de produtos tem a sua política própria, com orientações claras sobre os tipos de risco aceitáveis, de forma automática ou sob análise da Matriz. Os limites de contratação das coberturas seguráveis são controlados por sistema informatizado, com objetivo de garantir que a exposição máxima da Seguradora seja limitada, de acordo com os planos de resseguro contratados. A estratégia de resseguros se utiliza de contratos proporcionais e não proporcionais garantindo que as retenções dos riscos não acarrete exposição à perda a Seguradora. As provisões técnicas atuariais são constituídas e acompanhadas atendendo a legislação vigente e utilizando metodologias aceitas dentro das práticas do mercado.

Os seguros de bens e responsabilidades tem a aceitação controlada na Matriz, com níveis de alçadas para cada tipo de risco, atividade das empresas e valores segurados.

Os seguros de veículos tem sua aceitação realizada através de parametrização de sistema próprio, onde cada veículo, região de circulação e valores segurados são revistos mensalmente.

A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento da Seguradora, para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos.

c. Riscos de crédito

O risco de crédito considera a incerteza relacionada a probabilidade da contraparte de uma operação, ou o emissor de uma dívida, não honrar total ou parcialmente, seus compromissos financeiros.

Com a finalidade de monitorar o risco de crédito, a Companhia, com apoio da área de gestão do Grupo Alfa, faz acompanhamentos diários dos ativos que compõem a carteira de ativos financeiros e busca avaliar a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações observando inúmeras variáveis no mercado.

Para a decisão em aceitação destes ativos avalia-se as condições da contraparte para garantir a exposição ao risco e delinear as decisões da Companhia com relação aos ativos presentes e a serem adquiridos podendo causar um movimento de compra ou venda do mesmo em decorrência desta análise.

Descrevemos abaixo o principal risco de crédito:

- Aplicações financeiras - estão concentradas em títulos públicos federais através de fundo de investimentos exclusivos que são considerados de menor risco. Existe ainda, uma pequena parcela de aplicações financeiras, em ações negociadas na BM&FBOVESPA com alta liquidez e em letras financeiras negociadas na CETIP. O saldo das ações em títulos de renda variável - ações é de R\$ 1.498 (R\$ 828 em dezembro de 2015) e de R\$ 3.452 (R\$ 3.025 em dezembro de 2015) para títulos privados - letras financeiras.

d. Rating dos ativos financeiros

Carteira de ativos por nível de risco

Ativos financeiros/rating*	Grau de investimento					Total
	AAA	AA+	A-	Aa1	A3	
Fitch						
Moody's						
S&P	Soberano	AAA	AA+	A+	Sem rating	
Cotas de fundos DPVAT	-	-	-	-	73.603	73.603
IRB - Brasil RE	-	-	-	-	24	24
Outras aplicações	-	-	-	-	66	66
Letras do tesouro nacional - compromissadas	65.496	-	-	-	-	65.496
Letras financeiras do tesouro	236.324	-	-	-	-	236.324
Ações	-	1.281	217	-	-	1.498
Letras financeiras	-	-	-	3.452	-	3.452
Tesouraria/contas a pagar	-	-	-	-	(41)	(41)
Prêmios a receber	-	-	-	-	76.295	76.295
Resseguradores	-	-	-	6.192	872	7.064
Total em 31 de dezembro de 2016	301.820	1.281	217	9.644	150.819	463.781

(*) Foram utilizadas classificações de crédito das agências *Fitch Ratings*, *Moody's* e *Standard & Poor's*, nesta ordem. Os ativos soberanos possuem classificação BB (risco país: dezembro/2016). Alguns ativos não tem classificação, portanto, foram consideradas como "sem rating".

e. Riscos de liquidez

A Companhia está exposta a uma série de riscos financeiros transferidos por diversos ativos e passivos financeiros.

Para mitigar os riscos financeiros significativos utiliza-se uma abordagem de gestão de ativos e passivos, considerando principalmente os vencimentos e a estrutura de classes dos passivos, em comparação com os ativos financeiros. Consideram-se também as normas regulatórias do mercado financeiro e do mercado de seguros e o ambiente macroeconômico.

Os métodos desse gerenciamento de ativos e passivos avaliam o desempenho das carteiras de ativos (rentabilidade) e o horizonte de liquidação das obrigações originadas de contratos de seguros e passivos financeiros em curtos e longos prazos baseado na melhor expectativa quanto à liquidação destas obrigações, considerando o histórico destes.

O risco de liquidez é o risco de que os recursos de caixa possam não estar disponíveis para pagar obrigações futuras quando vencidas. Consequentemente, a política de gestão de risco de liquidez utilizará de todos os recursos para manter o compromisso de honrar todos os passivos até o vencimento. Como efeito deste compromisso, a Administração mantém a concentração destes ativos basicamente em fundos de investimentos em títulos públicos federais, de natureza de alta rentabilidade e liquidez e a Administração avalia frequentemente o resultado desse estudo e realinha sua estratégia de investimentos quando necessário.

A política de gestão de risco de liquidez leva em consideração a necessidade de recursos de caixa e controles internos operacionais eficientes e dinâmicos para honrar os compromissos assumidos. Nesta gestão considera-se o ciclo operacional da captação do seguro, que serão reinvestidos conforme a política de investimentos da Seguradora.

Utilizamos para avaliação do risco de liquidez, a gestão do fluxo de caixa operacional considerando o casamento dos ativos e passivos no curto e longo prazo.

A tabela abaixo exemplifica a estrutura dos ativos e passivos através do fluxo de caixa não descontado:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Fluxo de caixa não descontado						
Títulos públicos - letras financeira do tesouro	104.664	131.660	236.324	98.713	128.134	226.847
Títulos públicos - notas do tesouro nacional - compromissadas	-	-	-	64.330	-	64.330
Títulos públicos - letra do tesouro nacional - compromissadas	65.496	-	65.496	-	-	-
Títulos privados - letras financeiras	-	3.452	3.452	-	3.025	3.025
Renda variável - ações	1.498	-	1.498	828	-	828
Cotas de fundos - DPVAT	73.603	-	73.603	52.220	-	52.220
Incentivos fiscais	66	-	66	66	-	66
IRB - Brasil RE	24	-	24	24	-	24
Contas a pagar de fundos exclusivos	(41)	-	(41)	(41)	-	(41)
Total dos ativos financeiros	245.310	135.112	380.422	216.140	131.159	347.299
Crédito das operações	91.902	-	91.902	86.137	-	86.137
Títulos e créditos a receber	2.690	17.941	20.631	2.283	16.522	18.805
Outros valores e bens	3.645	-	3.645	3.713	-	3.713
Despesas antecipadas	137	-	137	643	-	643
Custos de aquisição diferidos	36.827	-	36.827	34.653	-	34.653
Ativos de resseguros e retrocessão	19.650	1.642	21.292	18.145	724	18.869
Caixa e bancos	1.033	-	1.033	648	-	648
Total ativos	401.194	154.695	555.889	362.362	148.405	510.767
Provisões técnicas - seguros	(337.599)	(10.933)	(348.532)	(305.493)	(8.751)	(314.244)
Contas a pagar	(36.007)	-	(36.007)	(30.946)	-	(30.946)
Débito das operações com seguros e resseguros	(26.120)	-	(26.120)	(29.521)	-	(29.521)
Depósitos de terceiros	(965)	-	(965)	(667)	-	(667)
Outros débitos	-	(19.175)	(19.175)	-	(18.329)	(18.329)
Total passivos	(400.691)	(30.108)	(430.799)	(366.627)	(27.080)	(393.707)

f. Riscos de mercado

O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada onde cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação.

Os processos e metodologias de gestão de riscos do Grupo Alfa seguem as práticas do mercado financeiro, praticadas com transparência e consonância às diretrizes regulatórias e mandatárias da política de investimento.

Os controles são executados pela área financeira com apoio da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo Alfa, administrando seus riscos de forma corporativa. A Administração desses riscos contempla uma série de políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração. Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação tempestiva da adequação das aplicações financeiras comparadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Alfa possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração da Seguradora.

O Grupo Alfa utiliza-se da avaliação de risco através do *VaR (Value at Risk)* paramétrico, com intervalo de confiança de 99%, horizonte de análise de 1 e 21 dias úteis. Destaca-se a utilização de tratamento de volatilidade pelo método *EWMA* com fator de decaimento de 0,94. Concomitantemente ao controle de *VaR*, testes de *stress* são efetuados baseados nos cenários e premissas divulgados ao mercado pela BM&FBOVESPA. Ambos os controles de avaliação de risco e *stress* possibilitam dimensionar a probabilidade de perda financeira, com determinado grau de confiança para um horizonte de tempo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) para os ativos do fundo de investimento, SELIC para títulos públicos e a variação do Ibovespa para ativos em renda variável. Em 2016, o desempenho global dos ativos financeiros, no acumulado do período foram:

Ativo	Rentabilidade		Comparação com benchmark
	do período	Benchmark	
Renda variável (ações)	69,96%	38,93%	179,71%
Renda fixa (fundos de investimentos)	13,80%	14,06%	98,15%
Renda fixa (títulos públicos)	13,95%	14,02%	99,50%

g. Risco operacional

Gerenciamento de risco operacional

A Seguradora entende como risco operacional riscos relacionados com fraudes, reclamações trabalhistas, reclamações de clientes, interrupção de atividades, falhas sistêmicas e falha no gerenciamento de processos. A empresa possui sistema de Controles Internos que possibilita o mapeamento dos controles e os riscos relacionados aos processos das operações de seguro.

Controles de risco operacional

A metodologia para acompanhamento e formalização destas matrizes de risco é o CSA (*Control Self Assessment*) - ciclo de auto-avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela Gerência de Controles Internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria Colegiada. As principais Gerências da Seguradora possuem os riscos avaliados conforme metodologia definida.

Atuando continuamente na Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo, buscando aprimorar seus controles para informar prontamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. Assim como, na identificação e análise de Pessoas Politicamente Expostas.

Risco legal/regulatório

Este tipo de risco é definido pela Seguradora como a não conformidade com a legislação vigente e a não adequação ao código de ética e conduta. A Seguradora através de seu quadro de colaboradores e advogados, especializados em seguros, atuam conjuntamente com a área de Controles Internos alinhando os processos às exigências dos Órgãos Reguladores.

20. Concentração de riscos

As tabelas abaixo representam as exposições máximas ao risco nas regiões onde a Seguradora opera. Os valores estão detalhados por região geográfica para dezembro de 2015 e dezembro de 2016, e abrangem todos os ramos, agrupados em três categorias: Auto (Ramos 0520, 0531, 0542, 0553), Compreensivo (Ramos 0114 e 0118) e Demais Ramos (0141, 0171, 0351, 0628, 1130, 1162 e 1602). Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 31 de dezembro de 2016.

Para mitigar o risco que a Companhia está exposta, foram firmados contratos de resseguro para todas as categorias de produtos.

Houve crescimento de 5% do total do risco assumido do período atual em relação ao anterior. A categoria "Auto" teve um aumento de 35%, a categoria "Compreensivo" apresentou uma redução de 20% e a categoria "Demais Ramos", uma redução de 24%.

Analisando os períodos de forma isolada, a região Sudeste possui o maior risco assumido da carteira, obtendo 61% para ambos os exercícios.

A região Norte é a menos expressiva, com menos de 1% do risco assumido, seguida por Nordeste com 5%. Já a região Sul apresenta 17% no exercício atual comparado com 18% do exercício anterior e a região Centro Oeste detém 17% no exercício atual ante 16% no exercício anterior.

Ramo	Concentração de risco em 31/12/2016					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Auto	77.693	1.584.274	4.485.546	13.808.543	4.430.715	24.386.771
Compreensivo	99.350	403.929	2.578.239	10.723.769	2.542.346	16.347.633
Demais ramos	4.745	42.735	128.755	813.253	146.636	1.136.124
Total	181.788	2.030.938	7.192.540	25.345.565	7.119.697	41.870.528

Ramo	Concentração de risco em 31/12/2015					
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Auto	59.536	910.609	3.128.575	10.513.840	3.413.897	18.026.457
Compreensivo	225.369	547.388	3.092.290	12.986.885	3.641.562	20.493.494
Demais ramos	12.811	52.147	180.711	1.018.231	240.042	1.503.942
Total	297.716	1.510.144	6.401.576	24.518.956	7.295.501	40.023.893

21. Sensibilidade aos riscos

O teste de sensibilidade considera as seguintes premissas atuariais: despesas administrativas; custo de aquisição; sinistralidade; despesas com a liquidação de sinistros; salvados e ressarcimentos; severidade e, seus respectivos impactos sob o resultado operacional (brutos dos efeitos tributários), bem como, no índice combinado. Também é apresentado o impacto no Patrimônio Líquido do final do exercício, após os impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social) estimados em 45%, desconsiderando-se eventuais efeitos dos benefícios gerados por créditos tributários. O índice combinado é o indicador que melhor reflete o resultado da atividade de seguros, sendo composto neste trabalho pelas contas: sinistros ocorridos; custo de aquisição; resultado com resseguro; e despesas administrativas. Apresentamos abaixo a sensibilidade estimada a cada fator.

Teste de sensibilidade

Premissas atuariais	31/12/2016			31/12/2015		
	Resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Índice combinado*	Impacto no patrimônio líquido***	Resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Índice combinado*	Impacto no patrimônio líquido***
01) Sem alteração	Líquido de resseguro (18.229)	1,05	-	(16.501)	1,04	-
	Bruto de resseguro** (21.067)	1,06	-	(17.306)	1,05	-

Teste de sensibilidade

	31/12/2016						31/12/2015					
	Resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Índice combinado*	Impacto no patrimônio líquido***	Resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Índice combinado*	Impacto no patrimônio líquido***	Resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Índice combinado*	Impacto no patrimônio líquido***	Resultado operacional antes dos impostos (R\$ mil)	Índice combinado*	Impacto no patrimônio líquido***
Premissas atuariais												
02) Aumento de 15% das despesas administrativas	Líquido de resseguro (22.185)	1,06	(22.185)	(22.577)	1,06	(22.577)	Bruto de resseguro** (25.024)	1,07	(25.024)	(23.381)	1,06	(23.381)
03) Aumento de 15% no custo de aquisição	Líquido de resseguro (28.549)	1,08	(28.549)	(26.364)	1,07	(26.364)	Bruto de resseguro** (31.387)	1,09	(31.387)	(27.168)	1,07	(27.168)
04) Aumento de 15% na sinistralidade	Líquido de resseguro (55.564)	1,16	(55.564)	(54.670)	1,15	(54.670)	Bruto de resseguro** (58.402)	1,16	(58.402)	(55.474)	1,15	(55.474)
05) Aumento de 20% das despesas de sinistros	Líquido de resseguro (21.754)	1,06	(21.754)	(19.511)	1,05	(19.511)	Bruto de resseguro** (24.592)	1,07	(24.592)	(20.316)	1,06	(20.316)
06) Redução de 20% na recuperação de salvados e ressarcimentos	Líquido de resseguro (23.730)	1,07	(23.730)	16.876	0,95	(3.271)	Bruto de resseguro** (26.568)	1,07	(26.568)	19.110	0,95	(1.931)
07) Aumento de 15% na severidade	Líquido de resseguro (57.046)	1,16	(57.046)	(35.297)	1,10	(48.694)	Bruto de resseguro** (59.884)	1,17	(59.884)	(33.063)	1,09	(46.460)

* Sem considerar os impostos.

** Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.

*** O impacto no patrimônio líquido considera o efeito no final do exercício.

O teste apresentou, para o período até dezembro de 2016, resultados negativos em todas as simulações de aumento nas premissas atuariais.

Quando às limitações da análise de sensibilidade: O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

Deve ser observado ainda que os efeitos de cada mudança em uma premissa são gerados pela variação dos saldos ou valores obtidos no período em curso. Exemplificando, o valor do teste de sensibilidade para a premissa de um aumento nas Despesas Administrativas em 15% foi obtido pelo agravamento deste percentual sobre o volume de despesas administrativas verificado no período avaliado.

Análise de sensibilidade da taxa de juros e índice IBOVESPA

Para complemento do controle de riscos, são efetuados análises de sensibilidade em conjunto ao VaR e Stress Test, em cenários históricos de ocorrências de elevação ou diminuição de ativos e passivos em conjunto com a análise do cenário macroeconômico atual.

Segue abaixo a análise de sensibilidade para os riscos financeiros para ativos financeiros designados a valor justo por meio de resultado, levando em consideração a melhor e a pior estimativa (cenário) para os ativos da Seguradora. O resultado apresentado é uma análise de variação de taxa de juros, inflação e índice Bovespa do período base de 31 de dezembro de 2016.

Impacto estimado em 31/12/2016

Variável financeiro	Premissas	resultado bruto do exercício e patrimônio líquido (*)
Taxa de juros - LFT	10%	3.311
Taxa de juros - LFT	(10%)	(3.311)
Taxa pré - LTN-O	10%	893
Taxa pré - LTN-O	(10%)	(893)
Ibovespa	10%	15
Ibovespa	(10%)	(15)
Inflação	10%	17
Inflação	(10%)	(17)

(*) Valores brutos

Com relação à taxa de juros, na carteira encontram-se Letras do Tesouro Nacional - na forma compromissada, cujo resultado já é determinado diariamente e Letras Financeiras do Tesouro cujas taxas acompanham a variação da taxa Selic. Como premissa estimamos impacto positivo e negativo de 10% sobre a taxa Selic base de dezembro/2016 (14,02% a.a). A mesma premissa foi definida para a taxa-pré (13,34% a.a).

Para as informações relacionadas ao índice Bovespa, utilizamos como premissa de mercado, informações disponíveis no fechamento em dezembro/2016, desta forma consideramos um índice de 10% observando que as movimentações seriam da ordem de 54 mil a 66 mil pontos.

As limitações da análise de sensibilidade - Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (EM MILHARES DE REAIS)

22. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

IFRS 9 Financial Instruments (instrumentos financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

DIRETORIA

Luiz Henrique Souza Lima de Vasconcellos

Carlos dos Santos

Celso Luiz Dobarrío de Paiva

Milca Pereira Zambrini

Aparecida Zavam Peres Pires
Contadora - CRC nº 1SP153039/O-3

Ismael García
Atuário Responsável Técnico - MIBA nº 1010

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Alfa Seguradora S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2016, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Alfa Seguradora S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Daniela Sedel

Atuária - MIBA 1721

ANEXO I (Em Milhares de Reais)

1. Provisões técnicas e ativos de resseguro	31/12/2016	
Total de provisões técnicas	348.532	
Total de provisões técnicas auditadas	274.946	
Total de ativos de resseguro	21.292	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2016	
Provisões técnicas (a)	348.532	
Valores redutores (b)	157.104	
Total a ser coberto (a-b)	191.428	
3. Demonstrativo do capital mínimo	31/12/2016	
Capital base (a)	15.000	
Capital de risco (CR) (b)	73.266	
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	73.266	
4. Demonstrativo da solvência	31/12/2016	
Patrimônio líquido ajustado - PLA (a)	126.412	
Exigência de capital (CMR) (b)	73.266	
Suficiência/(insuficiência) do PLA (c=a-b)	53.146	
Ativos garantidores (d)	285.782	
Total a ser coberto (e)	191.428	
Suficiência/(insuficiência) dos ativos garantidores (f=d-e)	94.354	
Ativos líquidos (g)	94.354	
Capital de risco (CR) (h)	73.266	
Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (g/h)	129%	

(*) O índice de liquidez em relação ao capital de risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.

5. Demonstrativo dos limites de retenção (ramos SUSEP)	31/12/2016
0173, 0433, 0437, 0622, 0654, 0655, 0656, 0739, 0745, 0746, 0870, 1107, 1163 e 1164	70
1066 e 1537	75
1602	80
0621	94
0435	100
0234	113
1528	150
0115	225
0531, 0542, 1068, 1130 e 1162	300
0523	350
0628	400
0111, 0141, 0167 e 0520	500
0196 e 0351	700
0114, 0116, 0118 e 0171	1.000
0553	1.360

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da

Alfa Seguradora S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Alfa Seguradora S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0